



Renée Cristina Herlin Ritter

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5803492837302800>

ID Lattes: **5803492837302800**

Última atualização do currículo em 10/01/2023

Mestre em Direito Público Faculdade de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2015) por meio do estudo avaliado com nota máxima e denominado como "O dever de transparência da Administração Pública e a divulgação de informações pessoais dos agentes públicos: um conflito entre o interesse público e os direitos fundamentais à intimidade e à vida privada", iniciou suas atividades acadêmicas ainda na Graduação quando desenvolveu estudos de iniciação científica sob a supervisão do Prof. Fábio Roberto D'Ávila. Como monografia de conclusão de curso, orientada pelo Prof. Francis Rafael Beck, apresentou na época "A tutela penal do meio ambiente no contexto de uma Sociedade de Risco" sendo aprovada com distinção, nota dez. Especializou-se em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal, em que concluiu sua pesquisa por meio de monografia denominada "O direito fundamental à saúde no âmbito do serviço público municipal: aspectos constitucionais e sociais", também pontuada com nota máxima. Atualmente é advogada na Borba, Pause e Perin Advogados. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Renée Cristina Herlin Ritter

Nome em citações bibliográficas

RITTER, R. C. H.

Lattes iD

 <http://lattes.cnpq.br/5803492837302800>

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2015

Mestrado em Direito.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil.
Título: "O dever de transparência da Administração Pública e a divulgação de informações pessoais dos agentes públicos: um conflito entre o interesse público e os direitos fundamentais à intimidade e à vida privada", Ano de Obtenção: 2015.
Orientador:  Têmis Limberger.

2010 - 2011

Especialização em Direito Público. (Carga Horária: 495h).
Escola Superior da Magistratura Federal, ESMAFE, Brasil.
Título: O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E SOCIAIS..
Orientador: Dr. Rodrigo Valin de Oliveira.

2011 interrompida

Graduação interrompida em 2011 em Psicologia.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil.
Ano de interrupção: 2011

2003 - 2008

Graduação em Direito.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS,
Brasil.
Título: A tutela penal do meio ambiente no contexto
de uma Sociedade de Risco..
Orientador: Francis Rafael Beck.

Formação Complementar

2018 - 2018

Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.
(Carga horária: 16h).
Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2017 - 2017

Programa de Integração Tributária. (Carga horária:
6h).
Federação das Associações de Municípios do Rio
Grande do Sul, FAMURS, Brasil.

2016 - 2016

ITBI - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos por
Ato Oneroso de Bens Imóveis. (Carga horária: 12h).
Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2016 - 2016

Novo CPC Passado a limpo. (Carga horária: 45h).
Escola Superior da Advocacia da OAB/RS, ESA/RS,
Brasil.

2015 - 2015

Sistema de nota fiscal de serviços e dívida ativa..
(Carga horária: 2h).
Tecnosistemas, TECNOSISTEMAS, Brasil.

2015 - 2015

Fiscalização do Simples Nacional. (Carga horária:
12h).
Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2014 - 2014

Arrecadação de tributos, portal de serviços e NFES.
(Carga horária: 5h).
Tecnosistemas, TECNOSISTEMAS, Brasil.

2012 - 2012

Aposentadorias e pensões no serviço público..
(Carga horária: 16h).
Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2012 - 2012

Condutas vedadas no ano eleitoral. (Carga horária:
8h).
Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2011 - 2011

Funcionamento do novo conectividade social ICP.
(Carga horária: 8h).
Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2010 - 2011

Curso Regular de Preparação à Magistratura Federal.
(Carga horária: 875h).
Escola Superior da Magistratura Federal, ESMAFE,
Brasil.

2010 - 2010

Treinamento sobre Controle Interno - Módulo II.
(Carga horária: 24h).
Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2010 - 2010

Treinamento: Aposentadorias, pensões e benefícios..
(Carga horária: 20h).
Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2010 - 2010

Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.
(Carga horária: 24h).
Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2009 - 2009

Extensão universitária em Direito Administrativo.
(Carga horária: 52h).
Faculdade IDC, FIDC, Brasil.

2009 - 2009

Atualização em Direito do Trabalho. (Carga horária:
100h).
Faculdade IDC, FIDC, Brasil.

2009 - 2009

Atualização em Direito Penal. (Carga horária: 100h).
Faculdade IDC, FIDC, Brasil.

2009 - 2009

Prática Processual Penal. (Carga horária: 88h).
Faculdade IDC, FIDC, Brasil.

2005 - 2005

Teoria da Imputação Objetiva. (Carga horária: 15h).
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS,
Brasil.

2003 - 2003

Direito e Psicanálise. (Carga horária: 12h).
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS,
Brasil.

Atuação Profissional

Borba, Pause & Perin Advogados, BPPA, Brasil.

Vínculo institucional**2021 - Atual**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Assessora Jurídica, Carga horária: 40

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento
Funcional: Professor, Carga horária: 4

Outras informações

Professora da Disciplina de Legislação Ambiental
para o Curso Técnico em Meio Ambiente.

Vínculo institucional

2013 - 2014

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Advogada, Carga horária: 35

Vínculo institucional

2014 - 2020

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional:
Servidora efetiva, Carga horária: 35

Vínculo institucional

2009 - 2014

Vínculo: Auxiliar, Enquadramento Funcional:
Advogada, Carga horária: 40, Regime: Dedicação
exclusiva.

Vínculo institucional

2001 - 2005

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional:
Estagiária, Carga horária: 40

Outras informações

Elaboração de petições, acompanhamento
processual e em audiências, aos advogados Dr. Rudy
Elmario Ritter (OAB/RS 6.156), Dra. Carmen Renée
Herlin Ritter (OAB/RS 13.368) e Dra. Virgínia do
Nascimento (OAB/RS 52.565).

Vínculo institucional

2010 - 2012

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional:
Consultor Jurídico, Carga horária: 35

Sieczkowski, Ulrich e Cirne Lima Advogados, SUC/ADV, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2009

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional:
Auxiliar Administrativo, Carga horária: 40

Ministério Público Federal, MPF, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2008

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional:
Estagiário, Carga horária: 20

Outras informações

Estágio junto ao Ministério Público Federal ?
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul ?
Núcleo Criminal I? Gabinete Dra. Carmem Elisa
Hessel. Auxílio na elaboração das petições e
recursos, com o devido acompanhamento
processual.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, TJ, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2007

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional:
Estagiário, Carga horária: 40

Outras informações

Estágio desenvolvido junto ao Gabinete do
Desembargador Nereu José Giacomolli, consistente
na elaboração de projetos de voto e pesquisa
doutrinária para a elaboração de votos.

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2014

Vínculo: Estágio de docência, Enquadramento
Funcional: Estagiária, Carga horária: 5

Outras informações

Estágio de docência realizado sob supervisão da
Prof^a. Dr^a Têmis Limberger.

2008 - 2008

Vínculo: Estágio Voluntário, Enquadramento Funcional: Estagiária, Carga horária: 5

Outras informações

Estágio voluntário junto ao Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Auxílio aos professores Alexandre Dargel e Marcos Eduardo Eberhardt, na elaboração de petições, acompanhamento processual e atendimento aos clientes.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Bolsista da Graduação

Outras informações

Auxílio acadêmico aos estudantes da graduação; pesquisa científica; prestação de serviços de monitoria à Coordenação do Curso de Direito.

Atividades

02/2005 - 12/2005

Outras atividades técnico-científicas , Centro de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências Jurídicas.

Atividade realizada
Projetos de pesquisa. Os limites materiais de legitimidade do Direito Penal Ambiental. Para uma hermenêutica constitucional, historicamente comprometida, da intervenção jurídico-penal no âmbito do meio-ambiente..

Projetos de pesquisa

2011 - Atual

Administração Pública e Cibertransparência: a construção democrática dos direitos humanos

Descrição: Administração pública e transparência: a aplicação dos mecanismos constitucionais gestão fiscal e novas tecnologias. Análise do direito à informação como um pressuposto para o efetivo exercício da cidadania, eixo central do Estado Democrático de Direito. Para tanto, traça-se um breve panorama histórico acerca das mudanças que ocorreram no direito administrativo após a 2ª Guerra Mundial para contextualizar a atual concepção de cidadania eletrônica, também denominada cibercidadania. Analisar a possibilidade de implementação de consulta dos dados disponibilizados por meio eletrônico referentes à gestão fiscal, como indicativo para verificar se as novas tecnologias estão servindo para tornar mais transparentes as contas públicas. Sob essa perspectiva, conferir que a divulgação eletrônica das contas públicas compõe o alicerce de uma

Administração Pública transparente, instituindo uma consciência orçamental do Estado. A contenção é uma meta constitucional. Os controles clássicos do Estado - da dívida pública - que foram desenvolvidos a partir de um modelo liberal-individualista, atualmente apresentam-se insuficientes. Com as novas tecnologias e a globalização, toda esta estrutura enfrenta uma crise. Por isso, a importância deste mecanismo de controle, o qual reside no aspecto preventivo e na ampla publicidade da informação, que difere do modelo repressivo a partir do qual se estruturou o direito. O enfoque dá-se no princípio da transparência conjugação entre os princípios da publicidade e o democrático como possibilidade de exercer o controle social sobre os atos públicos. Assim, confere-se às novas tecnologias e à transparência a possibilidade de atuarem no combate à corrupção, viabilizando a aplicação correta do dinheiro público e, por conseguinte, concretizando os direitos sociais..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (3) .

Integrantes: Renée Cristina Herlin Ritter - Integrante
/ Têmis Limberger - Coordenador.

2005 - 2005

Os limites materiais de legitimidade do Direito Penal Ambiental. Para uma hermenêutica constitucional, historicamente comprometida, da intervenção jurídico-penal no âmbito do meio-ambiente.

Descrição: Na tentativa de dar uma resposta aos novos conflitos que tem marcado o nosso tempo (v.g., meio ambiente, genética, etc.), o direito penal vem sofrendo um contínuo e descontrolado processo de expansão, confundindo-se, muitas vezes, com o direito administrativo ou assumindo uma feição meramente simbólica, que nos leva a questionar sobre a existência de limites materiais indispensáveis a uma intervenção jurídico-penal constitucionalmente legítima. Este questionamento se faz particularmente interessante no âmbito do Direito Penal Ambiental cuja técnica legislativa tem valorizado a controvertida criação de tipos-de-ilícito de mera desobediência e de perigo abstrato, em um horizonte hermenêutico demasiadamente formal e utilitarista, descomprometido com outras instâncias de legitimidade constitucional. Por essa razão, torna-se manifesta a relevância de refletirmos sobre a possibilidade de identificar um elemento material comum e necessário a todas as formas de aparição do ilícito-típico nos crimes ambientais, capaz de consubstanciar o conteúdo material do ilícito penal e, assim, delimitar a fronteira-limite de um Direito Penal Ambiental (constitucionalmente) legítimo..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Renée Cristina Herlin Ritter - Integrante
/ Fabio Roberto D'Avila - Coordenador / Tomás Grings Machado - Integrante.

Idiomas

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

★ LIMBERGER, T. ; **RITTER, R. C. H.** . A Lei de Acesso à Informação Pública e a decisão do STF na Repercussão Geral nº 483: o desencontro entre interesse público e vida privada dos servidores públicos. Interesse Público, v. 1, p. 79-98, 2017.

Capítulos de livros publicados

1.

★ **RITTER, R. C. H.**. O aperfeiçoamento do ensino para uma participação crítica na administração pública.. In: Sandra Regina Martini; Bárbara Josana Costa.. (Org.). O movimento entre os saberes.. 1ed.Porto Alegre: Visão, 2015, v. 1, p. 193-210.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

RITTER, R. C. H.. A importância da educação para a participação social na atuação da administração pública. Revista Legisla News, Revista Legisla News, p. 03 - 06, 01 dez. 2015.

2.

★ Buffon, M. ; **RITTER, R. C. H.** . Tributação e meio ambiente: o enlace necessário para a garantia do direito fundamental a um ambiente ecologicamente equilibrado ? algumas experiências exitosas na América Latina.. REVISTA DO DIREITO UNISC, SANTA CRUZ DO SUL, <http://www.egov.ufsc.br/portal>, p. 98 - 119, 07 mar. 2015.

3.

RITTER, R. C. H.. Estudo de Caso I - Equiparação de vencimentos do cargo do médico veterinário aos do cargo de médico.. Legisla News, p. 09 - 11, 01 maio 2014.

4.

RITTER, R. C. H.. Redução da jornada de Trabalho dos Servidores: Requisitos e Possibilidades.. Legisla News, p. 07 - 08, 01 maio 2014.

Demais tipos de produção técnica

1.

RITTER, R. C. H.; AZEVEDO, T. M. . Curso sobre OPERACIONALIZAÇÃO DO SIAPES - Sistema de Auditoria de Pessoal do TCE/RS: atos sujeitos a controle e operacionalização procedimental. 2022. .

2.

BOEIRA, F. ; **RITTER, R. C. H. ;** SCHIMITT, S. . Curso sobre A Formação das Equipes no Âmbito do SUAS e as Possibilidades de Contratação ou Parceirização de alguns serviços. 2022. .

3.

BOEIRA, F. ; **RITTER, R. C. H. ;** SCHIMITT, S. . Curso sobre A Formação das Equipes no Âmbito do SUAS, as Possibilidades de Execução Indireta da Política de Assistência Social e alguns contratos possíveis. 2022. .

4.

RITTER, R. C. H.; AZEVEDO, T. M. . Curso sobre SIAPES - Sistema de Auditoria de Pessoal do TCE/RS: Teoria e rotinas para uso da plataforma. 2022. .

5.

RITTER, R. C. H.; AZEVEDO, T. M. . Curso sobre OPERACIONALIZAÇÃO DO SIAPES - Sistema de Auditoria de Pessoal do TCE/RS: atos sujeitos a controle e operacionalização procedimental. 2022. .

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Processo Administrativo e Direito do Consumidor.Noções Gerais de Processo Administrativo. 2016. (Seminário).

2.

12º Seminário Internacional de Ciências Criminais. 2006. (Seminário).

3.

11º Seminário Internacional de Ciências Criminais. 2005. (Seminário).

4.

Atuação no Direito - 6ª Edição. 2004. (Outra).

5.

Ciclo de Debates: O Brasil e as Reformas. 2004. (Outra).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 21/08/2025 às 13:26:58

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)